

Fernando Molica

Pedaladas do STF ameaçam direitos trabalhistas e a Previdência

Ao transformarem a possibilidade de terceirização de atividades de uma empresa em li-derdade de pejotização, decisões do Supremo Tribunal Federal ameaçam acabar com garantias trabalhistas como férias, décimo terceiro salário e garantia de emprego à gestante — empresas, afinal, não engravidam.

As pedaladas esvaziam a Jus-tiça do Trabalho, comprometem a arrecadação da União, o finan-ciamento da Previdência e do Sistema S: entidades como Sesc e Senai são bancadas pelo repasse de valores cobrados das folhas de pagamentos das empresas.

Como frisou ao Correio Bastidores o procurador do Ministério Público do Traba-lho Cássio Casagrande: “Quem é que vai contratar pela CLT (Consolidação das Leis do Tra-balho), assinar carteira, se o STF permite pejotizar tudo?”

O sinal de que decisões isola-das — embora frequentes — do STF tendem a se transformar em norma foi reiterado pelo mi-nistro Gilmar Mendes ao deter-

minar a suspensão de todos os processos que tratam de fraude na relação de trabalho. Entre o início do ano passado e fevereiro de 2025, a Justiça do Trabalho recebeu quase 240 mil ações que pedem o reconhecimento de vín-culos trabalhistas.

A reforma de 2017 passou a admitir a possibilidade ampla de terceirização, mas a lei exige o cumprimento de garantias traba-lhistas, a empresa contratada para fornecer mão de obra precisa assi-nar a carteira de seus empregados.

Não prevista pela lei, a pe-jotização é quando, para evitar pagamentos de direitos previstos pela CLT, empresas contratam o trabalhador como pessoa jurídi-ca, não como física. O processo de pejotização explodiu com a criação do MEI, microempreen-dedor individual.

Concebido para permitir a formalização de profissionais como diaristas e ambulantes, o mecanismo é utilizado para sub-stituir a contratação com assina-tura de carteira de trabalho. Os profissionais registrados como

MEIs podem receber até R\$ 81 mil anualmente, R\$ 6.750 men-sais, valor muito acima da média salarial brasileira.

De um modo geral, os MEIs contribuem para o INSS com de 5% do salário mínimo — o empregador não precisa pagar nada. Como apontou ao STF a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a pejotização compro-mete a arrecadação necessária para o pagamento de aposenta-dorias e pensões.

Também professor de direi-to constitucional, Casagrande classifica de “aberração jurídica” equiparar terceirização à pejoti-zação. Ele acaba de lançar, com o também procurador do Traba-lho e professor Rodrigo Carelli o livro “A suprema corte contra os trabalhadores”. Eles acusam o STF de destruir o direito do tra-balho para “proteger as grandes corporações”.

Ao justificar sua decisão de paralisar os processos, Mendes acusou a Justiça do Trabalho de, reiteradamente, recusar-se a aplicar a orientação do STF

sobre o tema. Segundo ele, as ações que chegam à corte tratam da “liberdade de organização produtiva”. A suspensão valerá até que o Supremo defina uma norma sobre o tema.

As sucessivas determina-ções do STF sobre pejotização criaram um conflito institucio-nal com a Justiça do Trabalho, que, pela Constituição, tem o dever de processar e julgar, “ações oriundas da relação de trabalho”. Atropelam também a CLT, que classifica de nulos “os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou frau-dar” a aplicação da lei.

A pretexto de garantir o exer-cício da liberdade econômica, o STF, mais uma vez, vai além de suas funções e atua como le-gislador. Nesse caso, não pode alegar que cobre uma omissão do Legislativo: a CLT existe há quase 82 anos, nesse período foi reformada diversas vezes para se adequar à realidade. Mas, até agora, ninguém tinha tentado transformá-la em algo inútil, tratado de desconsolidá-la.

EDITORIAL

União paga dívidas estaduais de R\$ 2,5 bi

Somente no primeiro tri-mestre deste ano (1T25), o governo federal efetuou o pa-gamento de um montante de R\$ 2,5 bilhões, referentes a dí-vidas de estados e municípios, assumidas pela União. Desse total, Minas Gerais respondeu pelo maior peso no orçamento do Tesouro Nacional (4,8%), o correspondente a R\$ 1,198 bilhão em créditos garantidos nesse período, conforme Re-latório Mensal de Garantias Honradas pela União do Te-souro Nacional, divulgado nes-sa terça-feira (15).

Depois das alterosas, o Rio de Janeiro figura como o se-gundo ente subnacional (esta-do ou município) com maior volume de dívidas honradas, o equivalente a R\$ 539 milhões pagos no 1T25.

O ranking estadual de dívi-das honradas pela União ficou assim definido: Minas Gerais: R\$ 1,198 bilhão; Rio de Janei-ro: R\$ 539 milhões; Rio Gran-de do Sul: R\$ 421,37 milhões; Goiás: R\$ 222,87 milhões e Rio Grande do Norte: R\$ 114,25 milhões.

Dos cinco estados com as maiores dívidas junto à União, quatro aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

São eles: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. A observação do estudo do Tesouro é no sentido de que os estados citados registraram ‘deterioração’ em seu nível de endividamento.

Tal conjunto subnacional é hoje responsável por uma ‘bo-lada’ devedora da ordem de R\$ 760 bilhões, em que o grupo formado por Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentra 90% do total.

Ao aderir ao RRF em setem-bro de 2017, o Rio apresentava uma dívida de R\$ 81,7 bilhões, que saltou hoje para R\$ 174,2 bilhões. Minas, por sua vez, ingressou no regime em junho de 2022, quando registrava um saldo devedor de R\$ 120,2 bi-lhões. Este passou, agora, a R\$ 159,6 bilhões.

Já o Rio Grande do Sul, ao entrar para o RRF (fevereiro de 2022), exibia dívida de R\$ 74,5 bilhões, hoje inflada para R\$ 100,2 bilhões. Por seu turno, Goiás tinha uma dívida de R\$ 11,64 bilhões ao aderir ao RRF, em agosto de 2021, que agora passou a R\$ 18,6 bilhões.

No cerne do problema, a progressão exponencial dos ju-ros incidentes nos débitos.

Cinemark adota estratégia inteligente

Em tempos de dificulda-de, o cinema tenta encontrar formas de reaver seu público pré-pandemia, o que parece cada vez mais difícil, mas não impossível.

Nessa época adversa, a criatividade sobressai, dando oportunidades para fidelizar o público por meio de even-tos especiais, e parece que o Cinemark foi uma das poucas redes que entenderam isso no Brasil. Após as sessões em que incentivaram os espectadores a levarem os recipientes mais exóticos e inesperados para se-rem cheios até a boca com pi-poca, agora eles retornam com a ‘Noite do Terror’.

Em sua sétima edição, a Noite do Terror Cinemark trará um dos principais lança-mentos de terror do ano, “Un-til Dawn - Noite de Terror”. O evento acontecerá no dia 23 de abril, a partir das 20h, no Ci-nemark Pátio Paulista (SP) . A

pré-venda de ingressos está dis-ponível no site e no app da Ci-nemark, com valores de R\$ 27 a meia-entrada e R\$ 54 a inteira. No dia do evento, os partici-pantes ainda contam com 30% off em compras acima de R\$ 60 no Snack Bar, usando o cupom TERROR30.

Com essa ação, eles trans-formam a ida ao cinema em um evento, porque poderão ter acesso em primeira mão a um filme muito aguardado pelos fãs, e também poderão encon-trar pessoas que estão lá por curtirem esse estilo.

Mais do que isso, não há nada que estimule alguém a voltar a ir ao cinema do efetiva-mente ir ao cinema. Ao chegar lá, a pessoa sente o geladinho das salas, o calor das pipocas e do público, vive a expectati-va pré-filme. É uma estratégia muito inteligente e criativa, mostrando que o brasileiro quer, sim, ir mais ao cinema.

Opinião do leitor

Feliz Páscoa

Talvez a festa da Páscoa não tenha para nós o mesmo apelo afetivo que o Natal, por exemplo. Mas, na Páscoa, não estamos celebrando uma lem-brança, algo que já se foi, e que procuramos não esquecer. Na Páscoa vivemos o que vivemos todo o dia, se é que somos cristãos. Vivemos, festejamos, saboreamos a presença de Jesus entre nós.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: É DESCOBERTO O NONO PLANETA DO SISTEMA SOLAR

As principais notícias do Cor-reio da Manhã em 16 de abril de 1930 foram: Astrônomos do Ob-servatório do Arizona podem ter

descoberto um novo planeta no sistema solar, o nono. Preço do café sofreu baixas em vários pontos no mercado de Nova York. Discute-se

serviço postal aéreo entre a América do Norte e a América do Sul. Confe-rência Naval pode aprovar o primei-ro relatório entre as potências.

HÁ 75 ANOS: STF INAUGURA BUSTO DE RUY BARBOSA

As principais notícias do Cor-reio da Manhã em 16 de abril de 1950 foram: URSS diz que Itália violou medidas do tratado de repa-

ração de paz. Potências ocidentais discutem o destino de Trieste, brasil negocia tratado comerciais com o Egito. STF inaugura busto de Ruy

Barbosa. Câmara discute projeto de suão do Lloyd Nacional com a Companhia de Navegação Costeira. Senado aprova diplomatas

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20
www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.